

entrevista da semana

Maria Gracely Batista Marques, coordenadora do Casa Abrijo Regional do Grande ABC

# 'Violência não destrói só a mulher, mas toda a família'



RAIO X

**JÓIA VITOR ESPINDOLA**  
Especialista em Direito  
Investigativo e Social

ma direta, mas também toda a estrutura familiar ao seu redor. Especialista em Política Pública e responsável pelo projeto Casa Abrijo Regional do Grande ABC, afirma que a violência contra a mulher não atinge apenas a vítima

de morte nas sete cidades da região e atua no enfrentamento à violência doméstica, com foco na reconstrução da autonomia das vítimas. "É fundamental divulgar que o poder público pode ajudar a mulher a romper com a violência"

Para quem ainda não conhece, o que é a Casa Abrijo e qual o principal objetivo?

O Programa Casa Abrijo Regional do Grande ABC é um serviço que acolhe mulheres em situação de violência doméstica e familiar com risco iminente de morte. Seu campo de atuação é, exclusivamente, a região.

Além da proteção física, quais outros tipos de apoio são oferecidos durante a permanência na abrijo?

A mulher, quando é inserida no serviço, passa pelo que chamamos de porta de entrada, que são os CRAMs (Centros de Referência de Atenção à Mulher). Nos municípios onde não existe esse centro específico, o atendimento é feito pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social). O Programa Casa Abrijo é um serviço altamente sigiloso. São casas mantidas no Grande ABC. Quando a vítima entra, recebe acolhimento humanizado desde o primeiro momento. A partir da chegada, a equipe passa e encaminha as aos serviços necessários, especialmente nas áreas de saúde física e psicológica, porque muitas chegam bastante abaladas.

Muitas mulheres ainda desconhecem o serviço. O que impede uma mulher de chegar até o abrijo?

No caso específico do Programa Casa Abrijo, a principal barreira seja a falta de informação. Por questões de segurança, o endereço não pode ser divulgado, mas é possível levar conhecimento por meio da educação, da publicidade e da divulgação dos direitos dessas mulheres. O Estado está amparado para retirar-las da situação de risco. No meu entendimento, é fundamental divulgar que o poder público pode acolhê-las e ajudá-las a romper com a violência.

Atualmente em um serviço de proteção, o que a senhora diria para mulheres que sofrem violência?

Gostaria de dizer a todas: denunciem. Porém, quando a mulher ainda não se sente pronta para formalizar uma denúncia ou romper imediatamente com o ciclo da violência, é fundamental que, se possível, busque alguma forma de proteção. As vezes, ela chega



**"Quando casos vêm a público, a sociedade passa a olhar para o problema com mais atenção."**

ao serviço diz: 'vão querer denunciar meu marido. Só queria que vocês conversassem com ele'. Além disso, ao procurar ajuda, já está rompendo o silêncio. Nem sempre o primeiro passo será a responsabilização criminal, mas existem estratégias de orientação, acompanhamento e encaminhamento, inclusive para serviços de educação a homens autores de violência existentes na região. O essencial é que essa mulher não permaneça sozinha. Pode procurar uma delegacia, um serviço especializado ou até pedir apoio a vizinhos, que também podem denunciar e ajudar. É importante compreender que a violência contra a mulher não atinge apenas uma pessoa. Impacta toda a família que está ao redor. Por isso, buscar ajuda é sempre o primeiro passo para interromper esse ciclo.

Como começa a violência?

Existe o que chamamos de ciclo da violência. É uma espécie de padrão que se repete para todas as mulheres. No primeiro momento, há uma fase de aparente amor e harmonia. O autor da violência e a mulher vivem a relação de forma afetuosa. Depois

começam pequenos sinais: um grito, uma crítica constante, umxingamento, crises de ciúme, proibições como impedir que ela use determinada roupa ou saia de casa. Esses comportamentos evoluem até culminar na agressão física, que pode, em casos extremos, resultar em morte. Quando não chega ao óbito, ainda assim há a violência em si. Após o episódio, inicia-se a fase do arrependimento. O agressor pede perdão, diz que estava errado, que foi por causa do álcool, que nunca mais vai acontecer. Promete mudar. A relação apenas volta ao 'normal', com demonstrações de afeto e, assim, o ciclo recomeça.

Como a Casa Abrijo acolhe as filhas de mulheres vítimas de violência?

Na questão da educação, quando a mulher ingressa no serviço com filhos ou filhas de até 17 anos, essas crianças e adolescentes são matriculados em escolas próximas às casas de acolhimento. Caso não haja vaga disponível, a equipe providencia a matrícula em outra unidade da rede. Todos são inseridos regularmente em sala de aula. É importante deixar claro que o Programa Casa Abrijo é um serviço voltado, prioritariamente, para mulheres em situação de violência. Os filhos e filhas de até 17 anos podem acompanhá-las justamente porque, muitas vezes, a mulher hesita em admitir ao serviço por não ter com quem deixar as crianças.

Os casos recentes de feminicídio na região representam um aumento da violência ou uma maior visibilidade do problema?

Dar visibilidade é fundamental. Quando os casos vêm a público, a sociedade passa a olhar para o problema com mais atenção. Violência contra a mulher não é algo banal, não é um jargão. Não deveria existir. Por isso, é preciso divulgar, sim. A mídia tem um papel importante ao dar luz a essa realidade. Quanto mais o tema é exposto, maior a chance de formosarmos a questão de forma efetiva.

A estrutura atual é suficiente para as sete cidades?

O Programa Casa Abrijo acolhe até 40 pessoas e, até o momento, não enfrentamos falta de vagas. Conseguimos atender a demanda do Grande ABC dentro da nossa capacidade atual. O máximo que já ocorreu foi, em um fim de semana específico, ultrapassamos a capacidade em três ou quatro vagas, sem comprometer o atendimento.

Qual o maior desafio? Acredito que o maior desafio do enfrentamento à violência contra a mulher é, neste contexto, o acesso das mulheres às políticas públicas efetivas. Muitas ainda não sabem que têm direitos. Estamos em 2026 e, recentemente, tivemos caso de mulheres com quatro filhos vivendo em condições extremamente precárias, com crianças que se alimentavam com amido e faziam necessidades em qualquer lugar. Quando chegam ao serviço, muitas perguntam: 'então esse direito?' Tem, sim.

Caso a mulher precise buscar documentos ou pertences, como o Casa Abrijo garante a segurança nesse processo?



**"O passo fundamental é a mulher se reconhecer na situação de violência e buscar ajuda."**

Quando a mulher chega ao Centro de Referência e surge a necessidade de retomar a residência para buscar documentos, roupas ou até um brinquedo do filho muitas vezes, a criança não dorme sem um objeto específico, ela não vai sozinho. Nossa causa é, acompanhada pela Guarda Municipal, geralmente pela Patrulha Maria da Paz de cada município. Todas as cidades do Grande ABC contam com esse serviço que atua especificamente no enfrentamento à violência contra a mulher. Quando o retorno não é possível ou quando a mulher sequer possui documentação, a própria equipe das Casas Abrijo providencia os encaminhamentos necessários para a emissão de novos documentos, garantindo que a falta de registros não impeça seu reconejo.

Após a etapa inicial, como a Casa Abrijo prepara cada mulher para reconstruir a vida?

Com o passar do tempo, a mulher é preparada para o desabrigo. O que significa isso? É o processo de construção do mercado de trabalho, acesso a moradia e, em alguns casos, mudança de cidade ou até de Estado, quando necessário para garantir segurança. O programa trabalha desde o início com a perspectiva do desabrigo qualificado, estruturando condições para que essa mulher deixe o serviço com mais independência e segurança para reconstruir a vida.

Pode contar um caso de reconstrução?

Relato o caso de uma mulher que é um grande exemplo, até porque ela se tornou palestrante. Ela chegou à Casa Abrijo sem núcleo familiar e em situação de risco real de morte. A legislação prevê que o período de abrigo seja de seis meses, de até seis meses, mas isso depende de cada caso. No dela, a cada revolução ficava visível que ainda não havia condições de desligamento. Ela continuava ao risco, não tinha família de apoio, não conseguia emprego e, além disso, enfrentava um câncer. Foi durante o acolhimento que iniciou o tratamento da doença. Permaneceu entre dois e três anos na rede de proteção. Depois de curada, ingressou na faculdade de Direito.

**Maria Gracely Batista Marques**  
Aniversário: 9 de Julho  
Cidade nascida: Osasco, no País  
Cidade morar: São Paulo  
Formação: Assessoria Social em Gestão (Unesp-RB)  
Tempo de trabalho: São Paulo  
Algo que admira: As mulheres do Grande ABC  
Um livro: Os Operários do ABC, de Getúlio Garcia  
Uma música: Pro Não Oser que Não  
Faltou caso Flores, de Grande Vozes  
Um filme: O Último dos Moicanos, dirigido por Michael Mann, 1992

legis. Só de uma situação extrema, venoso o câncer, conclui o ensino superior, consegue emprego e se tornou palestrante, falando sobre violência contra a mulher a partir da própria história de superação.

Para a mulher que sente que está em perigo, qual o primeiro passo?

O passo fundamental é reconhecer a situação de violência e buscar ajuda. Ela pode ligar para o 190, que é a Central de Atendimento à Mulher do governo federal, acionar o 190, telefone de emergência da Polícia Militar, ou procurar a delegacia mais próxima. O importante é não permanecer sozinha diante do risco.

O que vítimas ou familiares devem fazer ao apresentar denúncia?

É o mesmo procedimento que menciono anteriormente. Se você vive uma situação de violência ou é testemunha de violência contra a mulher, pode ligar 190, acionar o 190 ou procurar a delegacia mais próxima. O mais importante é denunciar.

Tem algum caso que marcou a senhora?

Trata-se de uma mulher que entrou na Casa Abrijo com duas crianças: uma recém-nascida e a outra com menos de 2 anos. Ela enfrentava um grave problema de dependência química e estava bastante debilitada. As crianças ainda eram amamentadas. Diante da situação, a equipe técnica precisou realizar o desmame imediato. As crianças sofriram não apenas pela interrupção da amamentação, mas pelos efeitos da dependência. Não era um choro comum de um bebê com fome. Era choro de desespero.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 4